

**A INTERVENTORIA DE RUY CARNEIRO (1940-1945) E O PATRIOTISMO  
NA PARAÍBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Daviana Granjeiro da Silva  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/ SEE-PB  
E-mail: [davianags@hotmail.com](mailto:davianags@hotmail.com)

**1. Estado Novo, Segunda Guerra Mundial e culturas políticas na Paraíba**

O Estado Novo (1937-1945) foi um período da história republicana do Brasil com características singulares, mas cuja configuração em todos os estados da federação se deu de forma heterogênea e bastante complexa. Somado às especificidades dessa conjuntura, o período foi marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), acontecimento histórico que coincidiu com boa parte do regime estadonovista e que contribuiu para que muitas práticas políticas pensadas para o projeto de governo varguista fossem intensificadas em virtude do conflito mundial e, conseqüentemente, da entrada do Brasil na guerra.

Instaurado pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 – contando com o apoio do exército e de outras forças antidemocráticas – esse regime político teve como marcas principais o autoritarismo e a centralização do poder nas mãos do chefe político federal. Acerca disso, Maria Helena Capelato apresenta uma contribuição historiográfica bastante significativa, pois discute sob diversos ângulos como se deu o processo de implementação, consolidação e legitimação do regime. Em “Estado Novo: o que trouxe de novo?” (2013), a autora divide o período em dois momentos: “a) 1937-1942: caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; b) 1942-1945: com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, as contradições do regime ficaram explícitas.” (p.113).

Dentro dessa perspectiva, pode-se perceber que a conjuntura internacional tornou necessárias diversas estratégias e (re)ordenamentos políticos estabelecidos pelo governo para a manutenção do regime. Com isso, duas das principais estratégias utilizadas pela

política varguista para concretização desse projeto de poder foram a propaganda política e a repressão aos opositores. Neste sentido, Capelato explicita as variadas ações do governo que culminaram nesse intento e destaca o papel dos meios de comunicação: “Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso.” (p.118).

O regime estado-novista buscou construir um projeto de nacionalidade para o país que congregasse patriotismo, civismo, culto ao líder e o ideal de “ordem e progresso”. Mas como pode ser percebido com os debates historiográficos sobre o período, essa não é das tarefas mais fáceis, pois se por um lado, o regime ditatorial determinava o que deveria ser dito e ouvido, por outro, a população precisaria se apropriar do sentimento de amor pela pátria para que se tornasse conivente com o projeto estatal.

Podemos afirmar que um projeto de nacionalismo bem-sucedido ocorre quando as pessoas de um determinado país criam relações de sentidos com os discursos de nacionalidade emanados pelas diversas esferas que compõem a conjuntura política em questão. É imprescindível que se crie um ideal de nação pela qual se identifique a sua comunidade. Acerca disso, Benedict Anderson (2008) nos lembra que “‘Nações’, mais do que inventadas, são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções. (p.10)”. Ora, no caso do Brasil, o governo pretendia garantir à população uma nação dentro da *ordem* e do *progresso*, projeto que foi introduzido aos poucos no imaginário social e passou a fazer parte do anseio de parte da população brasileira. Por sua vez, a eclosão da Segunda Guerra Mundial será motivo para a intensificação desse projeto, pois tornar-se-á de fundamental importância a consolidação do projeto de *brasilidade* já em curso desde o início do Estado Novo.

Como é sabido, a Segunda Guerra Mundial foi um período da história da humanidade de dimensões catastróficas e extremas, como nos diria Eric Hobsbawm (1995). Iniciada em 1939, com a invasão da Polônia pelas tropas alemãs, a guerra afetou diversos países do globo. Autor fundamental para a temática, Hobsbawm disserta sobre o caráter global do conflito e enfatiza:

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria: é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. (p.51)

Dentro dos aspectos salientados pelo autor em sua célebre obra “A Era dos Extremos”, é possível perceber que uma guerra mundial atinge variadas esferas da vida em sociedade. Seja no campo econômico ou no social, acarreta transformações profundas e de proporções alarmantes. Não se configura apenas dentro do tempo de duração cronológica em que se desenrolou, mas também (e talvez principalmente) alcança dimensões da *longa duração*<sup>1</sup>.

Do ponto de vista da concepção de uma guerra, Jean-Pierre Azéma (2003) afirma que há sempre uma justificativa política e ideológica para legitimar a violência. E dentro desse processo, a educação é um instrumento para a impregnação cultural, através do patriotismo construído. Cabe destacar que mesmo países que não participaram ativamente e/ou foram palcos de conflitos bélicos sofreram desdobramentos em virtude do confronto. E a construção patriótica para legitimar o apoio à guerra se deu de forma intensa e sistemática. Utilizando exemplos e análises de diversos pensadores, Jean-Pierre Azéma nos mostra como a prática da guerra é construída socialmente, a partir de artefatos culturais, políticos e psicológicos, que denotam a necessidade de combate e de soberania de uns sobre outros.

Trazendo a discussão para a experiência do Brasil nesse episódio da história mundial, é possível perceber que também houve um processo de impregnação cultural com a finalidade de convencimento e sensibilização para a entrada do país na guerra,

---

<sup>1</sup> Aqui é utilizado o conceito de *longa duração* de Fernan Braudel (1902-1985), historiador francês da nova geração da Escola dos Annales, que divide o tempo histórico em três: curta, média e longa duração. Em sua tese “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”, o autor defende que a pesquisa histórica considere a dialética das temporalidades, mas se apegue ao tempo da longa duração, ou seja, na explicação estrutural da história. Para aprofundamento desta discussão, tomamos como base os estudos de Rodrigo Bianchini Cracco (2009), cuja dissertação de mestrado se intitula “A LONGA DURAÇÃO E AS ESTRUTURAS TEMPORAIS EM FERNAND BRAUDEL: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: A longa duração (1949-1958)” e está disponível no site da UNESP: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93349/cracco\\_rb\\_me\\_assis.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93349/cracco_rb_me_assis.pdf?sequence=1)

tendo em vista que os desdobramentos e alterações no cotidiano da população se deram de forma contundente em variados estados do país e foram sentidos desde o início do conflito: houve racionamento de combustível e alimentação; carestia nos preços de gêneros alimentícios; alteração nos modos de vida cotidianos, com “toques de recolher<sup>2</sup>”; perseguição do governo brasileiro aos imigrantes (especialmente italianos, japoneses e alemães); impactos na esfera cultural, com os festejos carnavalescos explicitando o enredo da guerra; alterações na educação, cujos espaços formais e não formais passaram a educar sobre e para a guerra; dentre outros desdobramentos que se sucederam no país, em maior ou menor grau a depender da localidade.<sup>3</sup>

Neste sentido, vale salientar que na região Nordeste, especialmente na área litorânea, diversas foram as implicações ocorridas em virtude da guerra. Muitos estudos historiográficos das últimas décadas têm se dedicado a estudar a temática e valiosas contribuições surgiram nos últimos anos. Autores como Luciano Bastos Meron<sup>4</sup>, Flávia de Sá Pedreira<sup>5</sup>, Luiz Antônio Pinto Cruz<sup>6</sup>, dentre outros, desenvolveram pesquisas relevantes sobre o assunto e constataram as diversas alterações ocorridas no cotidiano de capitais nordestinas. Para tais autores, é consenso que a localização geográfica dessas cidades era bastante estratégica para os ataques alemães. Dentro desse contexto, vale lembrar que a capital da Paraíba, a cidade de João Pessoa, não fugiu a essa regra e também sofreu com os impactos acarretados pelo confronto mundial.

---

<sup>2</sup> Durante o ano de 1942 intensificaram-se os ataques do Eixo ao Brasil, especialmente com os torpedeamentos dos navios na costa brasileira. Com isso, o governo passou também a estipular os chamados “toques de recolher”, decretos proibindo a população de permanecer nas ruas após determinados horários, devido às ameaças de ataques aéreos.

<sup>3</sup> Essa discussão está presente na minha dissertação de mestrado intitulada “A construção da Pátria amada: Educação, Patriotismo e Nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), defendida em 2016. Para maior detalhamento, acessar: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9614/2/arquivototal.pdf>

<sup>4</sup> Luciano Bastos Meron (2003) em sua dissertação “**Memórias do Front: Relatos de Guerra de Veteranos da FEB**”, aborda detalhadamente o processo intenso de preparação militar brasileira no pouco tempo em que lhes restava para o combate na Europa.

<sup>5</sup> Pesquisadora sobre a temática, Flávia de Sá Pedreira organizou recentemente a coletânea “Nordeste do Brasil na Segunda Guerra Mundial” (2019), em que reúne artigos de vários pesquisadores do Nordeste acerca de como se deram os desdobramentos da guerra nas capitais dessa região.

<sup>6</sup> Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Luiz Antônio Pinto Cruz possui estudos relevantes sobre como se deram os embates navais da Batalha do Atlântico na costa sergipana e baiana. Para mais detalhamento, ver sua tese de doutorado intitulada “A Guerra do Atlântico na costa do Brasil: rastros, restos e auras dos *U-Boats* no litoral do Sergipe e da Bahia (1942-1945) disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29098>

O Brasil se manteve neutro no conflito até meados do ano de 1942. No entanto, devido às relações econômicas e aos acordos diplomáticos da *Política da Boa Vizinhança*<sup>7</sup>, começou a sofrer pressão dos Estados Unidos para se posicionar ao lado dos Aliados, especialmente após o governo estadunidense entrar oficialmente na guerra, em dezembro de 1941. A partir disso, o Brasil rompeu as relações com Alemanha e Itália, tendo como consequência sofrido sucessivos ataques aéreos e torpedeamentos de navios no litoral do Nordeste. Essa onda de ataques protagonizada pelas tropas alemães foi considerada o estopim para a entrada do país na guerra, que ocorreu em 22 de agosto, com a declaração oficial do presidente Getúlio Vargas. A partir de então, o governo brasileiro passou a organizar estratégias com o intuito de mobilizar a população para o esforço de guerra. Com isso, os interventores de cada unidade federativa ficaram responsáveis por serem o elo entre a esfera local e o chefe de Estado. Deste modo, Ruy Carneiro, interventor do estado da Paraíba de 1940 a 1945, foi peça fundamental para esse projeto estadonovista e atuou, juntamente com as elites políticas do período, a fim de construir um ideal patriótico necessário para a entrada do Brasil na guerra. Neste sentido, é importante destacar a atuação de grupos políticos que compunham uma cultura política predominante no estado da Paraíba nesse período.

Surgido na Ciência Política durante a década de 60 do século XX, o conceito de Cultura Política foi apropriado pela historiografia algumas décadas seguintes e tem como um dos principais representantes o historiador francês Serge Berstein, com vasta produção em torno do debate conceitual e empírico sobre o tema. Em *A Cultura Política* (1998), enfatiza sua discussão na pluralidade do termo (culturas políticas), embora admita que em um determinado momento, pode haver a predominância de uma delas. Problematiza ainda acerca das estruturas de temporalidade, onde as culturas políticas ocorrem no campo da média e longa duração.

Em se tratando do caso específico da Paraíba, as análises historiográficas do período nos mostram que Ruy Carneiro, aliado a determinados grupos políticos da época,

---

<sup>7</sup> Segundo artigo *A política externa dos Estados Unidos: Uma análise da doutrina Nixon*, de Sandro Heleno Moraes Zapelão, a política da Boa Vizinhança se configurou em medidas de boas relações com os demais países da América Latina, diferentemente do que ocorria até então. A partir do governo de Franklin Delano Roosevelt, essa política foi posta em prática e a imagem dos Estados Unidos como um país democrático e se intensificou durante a II Guerra Mundial.

contribuiu por sedimentar práticas já consolidadas dentro do cenário político paraibano, como por exemplo, a manutenção do mandonismo<sup>8</sup> e em certa medida do sistema oligárquico, como veremos a seguir.

## **2. Entre o homem e o mito: trajetórias e representações acerca de Ruy Carneiro**

Ruy Carneiro nasceu em 20 de agosto de 1906 em Pombal, cidade do sertão da Paraíba. Filho de uma tradicional família paraibana, formou-se em direito em 1927, mas sua atuação de destaque nos primeiros anos de sua trajetória profissional foi no jornalismo, assumindo a direção do jornal *Correio da Manhã*.

Simpatizante com a Aliança Liberal, Ruy Carneiro participou ativamente apoiando a campanha presidencial da chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa, em 1929. Engajou-se no *Movimento de 1930*<sup>9</sup> e desde então estabeleceu laços cada vez mais estreitos com o presidente da República, bem como com grupos políticos dominantes do início do governo.

Nesse contexto, cabe destacar as relações íntimas entre Ruy Carneiro e José Américo de Almeida<sup>10</sup>, personalidade política e intelectual de destaque na Paraíba, que

---

<sup>8</sup> Fenômeno que na conceituação de José Murilo de Carvalho (1997) “refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (p.1)”. Fonte: Texto “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual”, publicado na revista Scielo em 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003#](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003#). Acesso em: 05/07/2019.

<sup>9</sup> Movimento iniciado após o assassinato de João Pessoa, ocorrido em 26 de julho de 1930, que à época foi candidato a vice presidente na chapa com Getúlio Vargas. Em meio ao contexto favorável de comoção popular pela morte de João Pessoa, em outubro Getúlio Vargas, juntamente com forças militares do período, iniciaram o movimento armado com o objetivo de derrubar o presidente eleito Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março. Para ver mais detalhes: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLUÇÃO%20DE%201930.pdf>

<sup>10</sup> José Américo atuou na secretaria do governo, foi deputado federal, interventor, ministro da Viação e Obras públicas durante o governo Vargas e governador do estado da Paraíba. Para mais detalhes, ver: BARBOSA, Jivago Correia. Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). Em sua dissertação, Barbosa apresenta um panorama da história política de José Américo, que compreende as duas décadas anteriores e nos ajuda a perceber o papel relevante que a figura deste político teve para a Paraíba no período aqui analisado.

foi nomeado por Vargas ministro da Viação e Obras Públicas, em 1930. Aliados e bastante próximos dentro da política local paraibana, eles seguiram juntos durante o Governo Provisório (1930-1934), inclusive Ruy tendo sido nomeado para oficial-de-gabinete de José Américo. Em consequência de sua nomeação, houve a mudança para o Rio de Janeiro em 1931, que fez com que Ruy Carneiro estabelecesse uma rede de relações sólidas com os grupos políticos dominantes do governo, tornando-se um homem de confiança de Getúlio Vargas, o que acarretou anos mais tarde em sua nomeação como interventor da Paraíba.

A construção dessa nova força política é ponto de análises complexas para a historiografia, pois apesar de ser evidenciado como o “novo”, Ruy Carneiro permaneceu atrelado à dinâmica oligárquica ainda tão forte no estado. Acerca disso, Ana Beatriz Ribeiro Barros da Silva (2012) destaca: “Esse governo marca o início de um novo modo de atuação na política paraibana, voltado para as massas e para a assistência social, mas nem por isso, descompromissado com as oligarquias e dissociado de práticas repressivas e autoritárias (p.172)”.

Jean Patrício da Silva (2013) em sua dissertação de mestrado intitulada “A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)” discute como se deu o processo de construção dessa nova força política no estado, bem como as relações e alianças de Ruy Carneiro e José Américo, que foram essenciais dentro desse contexto. Dentre outros pontos de análise, Jean Patrício destaca a trajetória de Ruy até a sua chegada ao poder, aborda as dissonâncias entre o antigo interventor Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro e analisa a construção da imagem do novo governante, inclusive explicitando a atuação da imprensa nesse processo:

Em 1940, após a saída de Figueiredo e confirmação de Ruy Carneiro no cargo, iniciou-se o processo de “construção de uma imagem” do novo governante feito por Ruy Carneiro e seus auxiliares contando sempre com amplo respaldo da imprensa nacional e estadual, inclusive do órgão que lhe poderia fazer oposição, o jornal “A Imprensa”. [...] O mito de João Pessoa foi recuperado, sendo Ruy Carneiro a ele comparado. Era criada a imagem de um político paternalista, de benfeitor dos pobres, ou seja, de um político popular. (p.66; 67)

A comparação do novo interventor à imagem de João Pessoa tinha como intencionalidade a manutenção das alianças já estabelecidas com a família do *mártir* do Movimento de 1930 e a preservação da memória desse ícone político. Em contrapartida, com a entrada de Ruy Carneiro no governo, ocorreu o processo de desconstrução da imagem do interventor anterior, que logo foi relacionado a ideia do “antigo”, ligado às práticas tradicionais coronelísticas, enquanto que Ruy seria evidenciado como o “novo”, que traria uma nova roupagem para a dinâmica política do estado, rompendo com vícios antigos. Entretanto, como já citado anteriormente, essa visão dicotômica é passível de questionamentos, tendo em vista que várias práticas do governo argemirista foram mantidas, mas sob outros formatos.

Dentro desse processo de construção da imagem de Ruy Carneiro é importante destacar mais uma vez os estudos de Ana Beatriz Barros da Silva (2012) que disserta a partir de três características atribuídas ao novo interventor: salvador, idealizador e democrata. Analisando o jornal católico *A Imprensa*<sup>11</sup> e o jornal oficial do estado, o *A União*, a autora destrincha o processo de fabricação desse mito: o caráter salvacionista foi pensado a partir de um processo de renascimento político, onde o atual governante seria responsável por fazer retornar o passado glorioso dos tempos de João Pessoa; o ideário de “realizador” foi construído pela imprensa oficial tomando como base as diferentes obras públicas realizadas na nova gestão, com destaque para o controle das contas públicas e grandes realizações materiais; por fim, a imagem de democrata, foi construída especialmente a partir de 1942, com a entrada do Brasil na guerra, pois intensificaram-se as declarações oficiais de apoio à liberdade e à democracia pelo interventor Ruy Carneiro.

Neste sentido, a interventoria de Ruy Carneiro atuou de modo efetivo para a mobilização dos paraibanos em prol da entrada no Brasil na guerra e o que se percebe é que primeiramente seria necessária a construção de um sentimento de *paraibanidade* para que o ideal de brasilidade<sup>12</sup> fosse alcançado. Proferiu discursos, convocou os grupos

---

<sup>11</sup> Jornal político, literário e noticioso, com viés católico, foi fechado pelo governo em 31 de maio de 1942.

<sup>12</sup> Aqui utilizamos esse conceito com base nos apontamentos de Cláudia Cury (2013). Analisando a sociedade dos anos trinta e a construção de projetos de brasilidade, Cury destacou que no período varguista



aliados, participou de ações públicas, organizou comícios e atuou como porta-voz do presidente Getúlio Vargas. Vale lembrar que toda essa movimentação foi não apenas divulgada, mas fortemente evidenciada diariamente no órgão oficial do estado. Com isso, o jornal *A União* foi o principal periódico que exerceu a função de propagar as notícias sobre o confronto mundial, bem como a de convocar a população para apoiar a entrada do Brasil na guerra, o processo de preparação militar, romper com os ideais do Eixo e alinhar-se com as causas dos países Aliados.

### **3. O papel da interventoria de Ruy Carneiro para o esforço de guerra**

Durante o regime ditatorial varguista, o jornal *A União*, órgão oficial do estado, foi um dos principais instrumentos para a divulgação das notícias do governo. Matérias de cunho patriótico, discursos do presidente, posicionamento de personalidades importantes no período, dentre outros, foram propagados com o intuito de consolidação do regime, bem como de construção patriótica. Cabe enfatizar, neste sentido, que este cenário foi intensificado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Quando a guerra teve início, o periódico agiu intensamente propagando matérias específicas sobre o conflito, inclusive criando uma coluna denominada “Panorama de Guerra”, onde apareciam as principais informações sobre os países envolvidos diretamente no conflito. A partir da entrada oficial do Brasil na guerra, o país passou a ocupar espaço de destaque na coluna, sendo noticiadas informações gerais sobre o processo de preparação militar para a ida da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da Força Aérea Brasileira (FAB) aos campos de batalha na Europa.

---

ocorreu uma política cultural preservacionista, onde o Estado centralizador estabeleceu a eliminação das diferenças regionais em prol da “identidade da nação”. No entanto, as pesquisas para este artigo revelam que no caso da Paraíba primeiramente se deu o processo de pertencimento local e só a partir disso, atingiu-se a dimensão nacional.

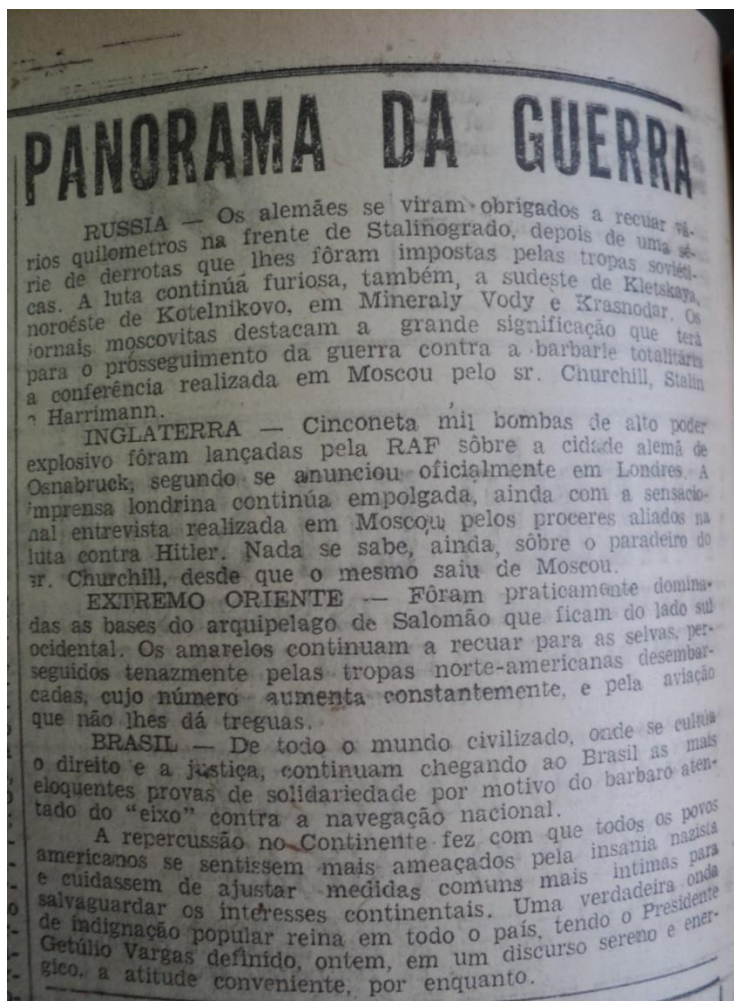


Imagem 01: Imagem da coluna do dia 19 de Agosto de 1942, do Jornal *A União*. Foto: Autora.

A coluna apresentada acima que evidencia a situação dos países envolvidos no confronto bélico é explicitada no jornal diariamente. E a reflexão que se faz em torno da inserção do país na lista é de mais um elemento que serviria para a construção dessa imagem nacionalista, onde o Brasil agora seria protagonista no combate mundial. O Departamento de Imprensa e Propaganda será responsável por criar essas ferramentas de propaganda nacionalista e o órgão oficial do estado, por sua vez, teria como função sistematiza-las em forma de matérias diárias no periódico.

A busca de comoção da população paraibana também será feita através de imagens com conotação patriótica. A propagação de manifestações cívicas pode ser interpretada como ferramenta do governo visando o apoio necessário à nação brasileira para esse

momento de tensão, sobretudo porque as manifestações traziam ícones de representatividade da nação, como a imagem abaixo nos mostra:



Imagem 02: Manifestação Cívica. Extraída do jornal *A União*, 19 de agosto de 1942. p.3. Foto: Autora.

A manifestação cívica ocorreu após o último atentado aos navios brasileiros e a fotografia do evento traz como legenda: “Flagrante passeata cívica de ontem em que o povo paraibano manifestou a sua indignação pelos atentados do Eixo a nossa soberania.”. A notícia evidenciou a demonstração de amor à pátria que os paraibanos exerceram nesse momento e discorreu ainda sobre as vítimas paraibanas que estavam a bordo do navio torpedeado.

Outro componente essencial de destaque no jornal era a figura do interventor Ruy Carneiro. Em diversos momentos, aparecem explicitadas matérias de cunho patriótico em que o governante da Paraíba se comunica com a população, proferindo discursos emblemáticos convocando a população para o estado de beligerância.

Como vimos, o atentado do dia 18 de agosto do ano de 1942 foi decisivo para os rumos do país e o interventor da Paraíba fez questão de fazer seu pronunciamento em nome do estado paraibano, em matéria do dia 22 de agosto, sob o título “A Paraíba está como um só homem nessa luta contra os inimigos da civilização e da liberdade”:

Soldados do Brasil: Há algumas horas que os espíritos brasileiros estão em intensa perturbação em consequência dos atentados traiçoeiros e vis praticados pelos agentes nazistas nas costas da Baía, onde pereceram indefesos brasileiros, onde tivemos perdas materiais e de onde sofremos grande abalo moral com o afundamento de cinco navios de nossa marinha de cabotagem. Em consequência desse doloroso golpe que acabamos de sofrer, desferido pela brutalidade nazista, a minha terra, a Paraíba, se encontra desde ontem em convulsão, pelas justas exaltações do meu povo em demonstração de protesto contra o atentado de que foi vítima o Brasil.

Sinto a felicidade, nesta hora angustiosa que atravessamos, de falar a voz da Paraíba diante deste pugilo de bravos do Exército Brasileiro para expandir os sentimentos de nossa indignação contra a atitude covarde dos inimigos da civilização, ou melhor, da Humanidade, para com os quais não devemos ter condescendências e agir com ferro em brasa para mostrar-lhes que não somos um país de escravos! (A União, 22 de agosto de 1942, p.6)

A matéria é explicitada no periódico no mesmo dia em que o Brasil declara estado de guerra. Com isso, podemos ver a intencionalidade do interventor em alertar a população e mais do que isso, apelar para que ela esteja pronta para o embate que se anunciara. Buscando sensibilizar a população, Ruy Carneiro fala em nome da Paraíba e usa as manifestações ocorridas dias antes como sinônimo de convulsão e revolta popular.

Após a declaração oficial de entrada do Brasil na guerra, o interventor Ruy Carneiro apressou-se para demonstrar seu apoio à causa da guerra e em entrevista ao Diário da Noite, proferiu calorosa mensagem:

Desde o primeiro instante, desde que vimos os Estados Unidos covardemente apunhalados pelas costas, que nos pronunciamos contra a borda sanguinária dos países totalitários. Dessa atitude nunca nos afastamos, tendo sido sempre veementes, decisivos e desassombrados os nossos pronunciamentos. [...] Agora, quando a suprema covardia dos piratas eixistas levou a morte a centenas de patrícios, envolvendo em luto inúmeros lares brasileiros, outro não podia ser o caminho a seguir. Nunca quizemos a guerra, e sempre nos colocamos distantes dos países em luta. Mas, dentro do conflito, todos nós brasileiros, saberemos ser dignos dos exemplos que nos legaram os nossos maiores. De que vale a vida si para usufruí-la tivermos que abdicar os nossos sentimentos de honra, liberdade e justiça? Antes a morte honrosa nos campos de batalha que a vida miserável de escravos. Mas, venceremos. E com a vitória das forças democráticas contra as potências do mal o mundo verá abrir-se uma nova era, um novo ambiente em que não mais medrarão as doutrinas fascistas. (A União, 23 de agosto de 1942, p.3)

O pronunciamento de Ruy Carneiro, cuja matéria no periódico trazia como título os dizeres “Antes a morte honrosa nos campos de batalha do que a vida de escravos” carrega uma complexidade de sentidos para a discussão da política brasileira delineada no período. Como podemos perceber, o interventor da Paraíba faz questão de enfatizar o fortalecimento das relações entre Brasil e Estados Unidos, e mais do que isso, parece não querer deixar dúvidas quanto ao posicionamento do Brasil pró Aliados, embora logo em seguida, enfatize a neutralidade brasileira (que duraria até o estopim, com os ataques aos navios no litoral baiano).

Outro ponto importante a atentarmos diz respeito às palavras de efeito utilizados pelo representante do estado paraibano, que fazem menção a sentimentos nobres a uma nação que se preze, como “justiça” e “liberdade”, imagem pretendida para a nação brasileira.

Cabe enfatizar ainda que discursos com esse intento são notórios em diferentes momentos nos periódicos e as pesquisas nos mostram que as representações da imprensa paraibana foram cruciais para a propagação de ideais nacionalistas. O jornal oficial do estado, mais do que informar, educava para/sobre a guerra.

### **Considerações Finais**

Os estudos deste trabalho indicam que à interventoria de Ruy Carneiro na Paraíba coube o papel de consolidar as práticas patrióticas estipuladas pelo governo Vargas durante o Estado Novo e, por conseguinte, intensificadas em virtude da eclosão da Segunda Guerra Mundial e da participação direta do Brasil no confronto.

Para tal intento, o governo se utilizou de diversas ferramentas na construção de um patriotismo que mobilizasse a população para o esforço de guerra. Deste modo, manifestações cívicas, práticas escolares, programas de rádio e matérias jornalísticas foram alguns dos subsídios fomentados pelo regime estado-novista para todo o país. A Paraíba, por sua vez, não fugiu a essa regra e acompanhou a dinâmica nacional de variadas formas, tendo como principal idealizador desse processo o interventor Ruy Carneiro.

Importante ressaltar também que o jornal *A União*, órgão oficial do estado e meio de comunicação de massa no período, foi importante propagador dos ideais nacionalistas, tendo em vista que o periódico divulgava diariamente matérias sobre o desenrolar do conflito, as alianças entre Brasil e Estados Unidos, os ataques alemães ao litoral do país, bem como o processo de preparação militar da Força Expedicionária Brasileira a partir de 1942. Neste sentido, mais do que informar, o jornal servia para educar a população paraibana sobre e para a guerra.

Dentro desse panorama, é possível concluir que houve um significativo esforço do governo brasileiro com o objetivo de sensibilizar a população paraibana para entrada do país na guerra e em diversos momentos ocorreram manifestações e comícios na capital João Pessoa em apoio aos Aliados, organizados pelo governo do interventor Ruy Carneiro e com a presença de uma parcela da população nesses atos.

A efetiva participação do povo e o nível do patriotismo construído são questionamentos importantes para a discussão dessa temática, mas que este trabalho não poderá responder de forma conclusiva neste momento, dada a complexidade e dimensões do processo histórico. Entretanto, são pontos de análises de suma relevância historiográfica para próximas empreitadas.

### **Referências Bibliográficas:**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2008.

AZÉMA, Jean-Pierre. **A guerra**. IN: RÉMOND, Rene. (Org). **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et all (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-**

**estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CURY, Cláudia Engler. **“Abrindo o Baú de Memórias”: políticas Culturais no Brasil – subsídios para construção de *brasilidade* – (1930-1990).** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões.* IN: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007. PP.21-44.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1930).** João Pessoa: UFPB, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991.** Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Nos Tempos de Félix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937/47);** João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

MERON, Luciano Bastos. **Memórias do Front: Relatos de Guerra de Veteranos da Guerra.** Dissertação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá; “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.” In: MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org). **Cultura Política na História: Novos Estudos.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp.13-37.

PEREIRA, Flávia de Sá. **Carnaval em tempos de guerra.** São Paulo (SP): Proj. História (28) p. 59-79, 2004.

PEDREIRA, Flávia de Sá. (Org.) **Nordeste do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** 1ªed. São Paulo: LCTE Editora, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O salvador, o realizador e o democrata: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945).** In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatrino; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos & GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz (orgs.) **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana.** João Pessoa: Editora Universitária – UEPB, 2011.

SILVA, Jean Patrício. **Práticas políticas durante a interventoria Ruy Carneiro: o populismo e solo paraibano (1940-1945).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

ZAPELÃO, Sandro Heleno de Moraes. **A política externa dos Estados Unidos**. Paraná: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.

**FONTES:**

Jornal **A União**. Maio, Junho, Julho e Agosto de 1942.